

ANÁLISE DOCUMENTAL DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MANOEL DO REGO CANGUÇU/RS

NARA BEATIZ MATIAS SOARES¹; MARILIS LEMOS DE ALMEIDA²

¹*Universidade Federal de Pelotas 1 – mnarabeatriz@yahoo.com¹*

²*Universidade Federal de Pelotas – marilis_almeida@yahoo.com.br²*

1. INTRODUÇÃO

Durante minha trajetória acadêmica na Universidade Federal de Pelotas busquei estudar sobre os quilombolas, pelo fato de ser uma quilombola. Em minha tese a proposta é analisar o processo de (re)construção da identidade quilombola no quilombo Manoel do Rego, localizada na região denominada Solidez, pertencente ao Primeiro Distrito de Canguçu, Rio Grande do Sul. A comunidade Quilombola Manoel do Rego é remanescente das populações afrodescendentes que residiam na localidade desde antes do final da escravidão, havendo também, pessoas vindas de regiões próximas.

Os moradores da comunidade Quilombola cultivam a terra, produzindo tabaco, milho, feijão, batata doce e batata inglesa, mantêm pequenas horas e criam animais de pequeno porte. Para complementar a renda os homens trabalham em outras propriedades, como peões e em empresas da região, em particular nos silos, como seguranças, operadores de máquinas, domésticas. As mulheres desempenham atividades como professoras, cuidam do lar, fazem artesanato, a maioria trabalha na agricultura em suas propriedades e há as que trabalham como babás e em açougue.

Em 04 de março de 2004 foi dado o início ao processo legal, junto a Fundação Cultural Palmares, de reconhecimento como comunidade quilombola, com a publicação no diário oficial da manifestação de auto reconhecimento. Em 13 de março de 2007 receberam a certificação como área quilombola. Atualmente a Comunidade Quilombola Manoel do Rego é formada 24 famílias associadas. Junto com o processo reconhecimento legal também se deu o inicio da construção da identidade quilombola do grupo, que não diz respeito apenas ao seu passado, mas à percepção de sua história no presente, pela população quilombola (Fernandes,2022). Neste artigo analisarei este processo de construção e ressignificação identitária.

2. METODOLOGIA

Nesse trabalho apresentarei os dados referentes à pesquisa documental sobre o processo de construção da comunidade quilombola e de certificação da mesma. Os documentos utilizados foram: (I) Processo do INCRA; (II) Relatório sócio-antropológico, histórico e geográfico; (III) Escritos do pastor August Drews. O método de análise utilizado envolveu a reconstrução da cronologia dos acontecimentos e identificação dos principais eventos que presidiram o processo de construção da identidade. A análise de conteúdo dos documentos foi feita visando identificar, de forma indutiva, os temas abordados nos documentos.

Os documentos do INCRA informam como se deu a abertura do processo desde a publicação no diário oficial da união, passando pela protocolação do processo chegando a certificação que concedeu o reconhecimento de que ali havia um território quilombola. As informações que constam nos documentos físicos vão até o ano de 2015. O relatório do laudo antropológico intitulado “De “homens de cor” a “quilombolas”: desigualdades étnico-raciais, processos de mediação e atribuições identitárias na constituição da comunidade de Manoel do Rego – Canguçu/RS. Relatório sócio-antropológico, histórico e geográfico” fez uma reconstrução e análise da ocupação da região, das famílias e seus ancestrais, bem como das dinâmicas sociais e culturais que constituíram a comunidade.

O documento "Lar Cristão-anuário", editado pela IELB em 1966, contém os escritos do pastor August Drews, que relata o início do trabalho na missão da IELB na localidade de Solidez. Neste diário o pastor também informa, como foi o inicio da congregação religiosa, da qual grande parte das famílias quilombolas fazem parte.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conversando com os moradores observa-se que a memória dos moradores é somente dos anos 1920 até os dias atuais. Com relação aos escritos do pastor August Drews pude observar que ele realizava cultos, dava instrução em língua alemã para os descendentes de pomerano. Os negros, que eram chamados nos diários do Pastor de “pessoas de cor”, costumavam assistir da porta essas atividades, pois entendiam esse dialeto. Em dezembro de 1922, segundo o pastor, ao perceber que as “pessoas de cor” conviviam com os pomeranos no comércio próximo à capela da localidade, decidiu convidá-los para assistir a programação de natal, do lado de dentro da Igreja. Segundo o relato horas antes da atividade teria ocorrido uma briga violenta com porretes em torno do comércio e em decorrência do acontecido a atividade natalina, foi cancelada. Esse fato resultou na proibição dos negros de assistir aos cultos na capela da Redentor na construção de uma nova igreja, apenas para os negros da região. Os negros unindo forças e com incentivo do pastor August Drews juntaram recursos próprios, donativos e o recebimento de uma doação de meia hectare de terra de um morador da localidade que nos escritos não consta o nome porém, em outros documentos há diferentes afirmações de que foi esse doador. Nesta área construíram sua capela singela, a Congregação Redenção Manoel do Rego frequentada pelos negros e hoje conhecida mundialmente como a congregação de negros da IELB. É interessante destacar que este é um dos relatos existentes sobre o conflito que resultou na separação das igrejas dos negros e dos pomeranos, que até hoje permanecem funcionando a cerca de 1 km de distância uma da outra.

A Congregação frequentada pelos negros teve, desde o inicio, um coral, que permaneceu ativo até o ano de 2014. Esse coral deu visibilidade ao grupo, destacando-se como símbolo da comunidade luterana negra, que desde os anos 2000 começava também a se perceber e ser reconhecida como Quilombola, impulsionados pelo reconhecimento legal, mas também simbólico, que adveio com a Constituição Federal de 1988. No Artigo 68, do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* foi reconhecimento aos “remanescentes das comunidades dos quilombolas” que estiverem ocupando

suas terras, a propriedade definitiva. A Associação Brasileira de Antropologia, em esclarecimento solicitado pelo Ministério Público, afirma que:

Contemporaneamente, portanto, o termo [remanescentes das comunidades quilombolas] não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, pela manutenção e reprodução de seus modos de vida, característicos de um determinado lugar (ABA, 1994, p. 81).

Neste processo, deixaram de ser apenas trabalhadores negros agricultores e luteranos, e passaram, a refletir sobre a origem e vinda de seus antepassados ao Brasil. Também começaram a perceber que muitas dificuldades, que eles e os antepassados vivenciaram, foi decorrente da segregação racial. Nesta comunidade, além as igrejas, os bailes eram separados e, até recentemente, os quilombolas não eram convidados para casamentos e confirmações, que são rituais festivos vinculados a religiosidade.

Uma hipótese para explicar o lento reconhecimento, por parte dos próprios quilombolas, da existência de racismo nas relações sociais na comunidade, passa pela força da religião e das doutrinas cristãs no grupo. Entre os fiéis, o princípio da igualdade entre todos, que torna todos irmãos iguais entre si, contribuir para ofuscar os efeitos das diferenças na produção de desigualdades, a ponto de que acontecimentos como os relatados não sejam reconhecidos como racismo.

Positivamente, a visibilidade que o coral trouxe para a comunidade, foi o estopim que os fez se reconhecerem como descendentes de pessoas que foram escravizadas e que já residiam há mais de séculos ali. Cabe destacar que foi somente no ano de 2007 que houve o reconhecimento e certificação junto a Fundação Cultural Palmares de que se tratava de um território quilombola. Ainda assim, não foi dado andamento ao processo de titulação das terras, por decisão da Comunidade. A partir do reconhecimento desta comunidade, se formaram as outras quinze comunidades quilombolas existentes no município de Canguçu.

4. CONCLUSÕES

Os documentos em seu conjunto permitiram entender as relações estabelecidas na comunidade, marcadas por integração e segregação, e o processo de construção identitária que resultou no processo de auto-reconhecimento como Quilombolas. Os escritos do pastor, em particular, permitem identificar a importância da religiosidade na formação da comunidade e a forte influência na vida dessas pessoas. Por fim, destaca-se a importância de considerar que as identidades não são estáticas, são sobretudo relacionais e transforma-se ao longo do tempo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA. Documento do Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais. **ABA, 1994.** Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA_1a.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

DREWS, Augusto. **Alguns Fatos Ocorridos na Missão do Município de Canguçu, R.G. S.** Porto Alegre, IHIELB, Livro I. H., n. 151, item 26, Novembro de 1948.

FERNANDES, G. F. Políticas públicas para Comunidades Quilombolas. **Open Science Research IX**, v. 9, 2022.

Lar Cristão – **anuário editado pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia S.A. ano XXVII, 1966.